

FCO cortará crédito a empresas que devem imposto

Roberto Stuckert

HUGO MARQUES

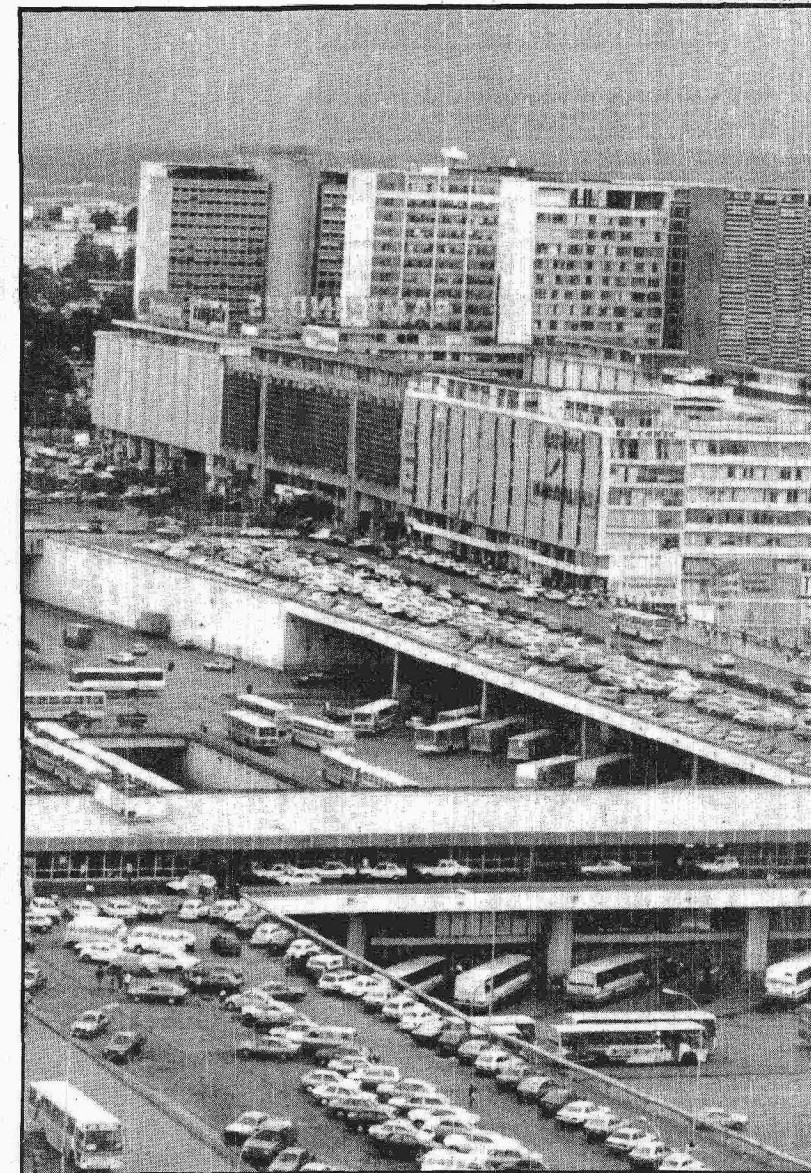
As empresas que têm débitos inscritos na dívida ativa do Distrito Federal não terão mais acesso aos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), segundo proposta que já é consenso entre os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (CDE), que irá à votação amanhã. Esta mudança altera a Lei do Prodecon, o programa de desenvolvimento local.

Da mesma forma, todo empresário que tiver saldos a pagar no cadastro da dívida ativa perderá o direito aos empréstimos do FCO, que somente este ano está liberando Cr\$ 3 trilhões no Distrito Federal. O Governo local já vinha tomando algumas medidas contra os chamados "maus empresários", mas o fim do acesso aos financiamentos com desconto da TR junto ao FCO sepulta completamente a chance de um sonegador obter privilégios oficiais.

Se por um lado as novas regras inviabilizam a ação dos sonegadores, por outro facilita aos empresários locais prosseguirem com seus projetos de desenvolvimento, mesmo que tenham dívidas. É que o Governo não vai mais bloquear os projetos em andamento, com a suspensão total da montagem da planta. As empresas poderão construir galpões, comprar máquinas e implementos, mas somente depois vão requerer os incentivos.

A Lei do Prodecon inviabiliza aos devedores iniciar qualquer tipo de negócio. As regras que serão anunciadas pelo CDE permitem que o empresário quite os débitos junto ao cadastro da dívida ativa durante a montagem da planta.

Empresas — Várias empresas de Brasília terão de quitar seus débitos junto à Secretaria de Fazenda quando forem anunciadas as novas regras do CDE. Muitas tiveram acesso aos recursos mas estão com débitos junto ao cadastro da dívida ativa. Empresas como Novadata, Santa Therezinha, grupo Oliveira Lima



Empresas do DF terão, somente este ano, Cr\$ 3 tri do Fundo

e Brasal, por exemplo, terão de quitar suas dívidas com o Governo local se quiserem ter acesso aos recursos do FCO.

No caso específico da Brasal, que tem a receber Cr\$ 559 bilhões ainda neste ano no FCO, os técnicos não sabem ainda se as novas regras serão retroativas. Mas é certo que a empresa vai ter de quitar os débitos. Por outro lado, poderá dar continuidade à expansão das fábricas de refrigerantes e, somente depois que toda a planta estiver instalada, poderá requisitar os benefícios fiscais. Isto se a dívida for

paga.

Os devedores não terão acesso aos financiamentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por até cinco anos e também perderão o direito de comprar lotes comerciais e industriais do Governo local.

O "acordo" entre os membros do CDE para negar dinheiro a quem tem dívidas foi possível porque o Banco do Brasil passou a participar das reuniões, fornecendo todos os materiais e informações para que os conselheiros decidam onde devem ser feitos os investimentos.